



Oito de dezembro de 1995. Data de grande importância para a gestão dos recursos hídricos no estado de São Paulo. Neste dia foi assinado o primeiro contrato de empreendimento financiado pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO). Desde então, o FEHIDRO colabora efetivamente para a gestão das águas paulistas. Em comemoração aos 20 anos do Fundo, a Coordenadoria de Recursos Hídricos (CRHi) produziu esta edição especial do Correnteza, com números, gráficos, um pouco de história e testemunhos de alguns atores envolvidos nessa “linha de produção”, além da palavra do secretário de Saneamento e Recursos Hídricos, Benedito Braga, que destaca ações de 2015 e melhorias programadas para o próximo ano.

O Correnteza ainda aborda, de maneira especial, a ‘Cobrança pelo Uso da Água’, também com números de arrecadação, informações sobre o processo de instalação da Cobrança e em qual fase estão os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs). Para completar e contar com o ponto de vista dos que atuam diretamente nos comitês, entrevistamos membros de dois comitês que já realizam a Cobrança: CBH-Alto Tietê e CBH dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí.

Uma edição completa e especial para encerramento de 2015. Boa leitura!!!

Um pouco de história

O primeiro empreendimento financiado pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) foi o “Construção da Estação de Tratamento de Esgoto do Jardim São Nilo no município de Pedreira/SP”, assinado em 8 de dezembro de 1995. O tomador foi a “Prefeitura de Pedreira”, que pertence ao Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Jundiaí e Capivari (CBH-PCJ).

O FEHIDRO financiou R\$ 75 mil, enquanto o valor de contrapartida da Prefeitura foi de R\$ 44 mil, totalizando R\$ 119 mil.

Desde então, o Fundo já investiu R\$ 931,66 milhões em 5.797 empreendimentos até 2015 (incluindo os projetos financiados com recursos da Cobrança pelo Uso da Água). As aplicações são orientadas pelos Programas do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH), atendendo às prioridades dos Planos de Bacias Hidrográficas, enquanto as receitas são compostas pela geração hidrelétrica e royalties de Itaipu e da Cobrança pelo Uso da Água.

Criado pela Lei 7.663/91

Regulamentado pelo Decreto nº 37.300/93

Instalação do Conselho de Orientação do FEHIDRO (COFEHIDRO), composto por representantes do Estado, Municípios e Sociedade Civil, com o objetivo de supervisionar o Fundo.

8 de dezembro de 1995 – Assinatura do primeiro contrato em reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH).



Editorial



Foto: Gilberto Ruiz/SSRH

Em São Paulo, a Lei 7663/91 foi pioneira ao instituir uma moderna política de recursos hídricos e um Sistema Integrado de Gerenciamento, descentralizado e com ampla participação dos municípios e da sociedade civil organizada. Dentre as principais inovações, destacam-se os colegiados (Conselho Estadual e Comitês de Bacias) com prerrogativas consultivas e deliberativas; e instrumentos estratégicos como a cobrança pelo uso da água, os planos de recursos hídricos (estadual e de bacia hidrográfica) e a instância financeira constituída pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO).

O processo de implantação da cobrança está em pleno andamento. Em 2015, o Senhor Governador Geraldo Alckmin assinou decretos fixando os preços para mais cinco Unidades de Gerenciamento, restando apenas três a serem aprovadas.

Nossa política prevê que o Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH), com periodicidade quadrienal, seja aprovado por lei, mediante proposta encaminhada à Assembleia até o final do primeiro ano de cada gestão. Decorridos mais de vinte anos da aprovação da Lei 9034/94, que instituiu o único PERH

aprovado por lei, decidimos discutir um novo conceito. Pela proposta, a legislação deve passar a estabelecer objetivos, diretrizes e critérios gerais de planejamento e gerenciamento, em caráter permanente, contemplando questões que não se restrinjam a um horizonte quadrienal de aplicação.

A cada quatro anos, 180 dias após a aprovação do PPA (Plano Plurianual), o Conselho Estadual de Recursos Hídricos deverá aprovar um relatório técnico do PERH, consolidando os programas, ações e metas dos Planos de Bacias e demais planos setoriais nos Programas de Duração Continuada (PDC), sem prejuízo de cenários de investimentos futuros. O Relatório de Situação dos Recursos Hídricos, instrumento já existente para avaliar a eficácia do PERH, ganha maior importância ao incorporar, anualmente, subsídios para as LDOs e LOAs e, por conseguinte, para a revisão do próprio PPA. Desta forma, ficará definida uma relação mais clara do PERH com o PPA e poderemos eliminar a concomitância de elaboração de ambos.

A minuta de anteprojeto de lei para instituição desse novo conceito de PERH, a ser apresentada ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH), também prevê o fortalecimento e maior clareza nas competências do CRH, dos Comitês de Bacias Hidrográficas e do Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos.

Em dezembro de 2015, comemoramos duas décadas de apoio financeiro do FEHIDRO às ações previstas no Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH), atendendo as prioridades definidas em discussões públicas realizadas nos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs).

Sem dúvida, o FEHIDRO contribui efetivamente com a gestão das águas no Estado de São Paulo e é exemplo

para todo o País. Além disso, São Paulo é o único estado da Federação que emprega as compensações financeiras da geração hidrelétrica e da cobrança pelo uso da água totalmente no setor de recursos hídricos e saneamento.

Mesmo sendo modelo para o país, nossa perspectiva é que sempre devemos buscar aprimoramentos. Para tanto, estamos trabalhando num processo de reestruturação do FEHIDRO, previsto para iniciar em 2016. A reformulação do Fundo tem o objetivo de torná-lo mais ágil e eficaz, atendendo com mais celeridade às expectativas dos atores que utilizam deste instrumento e, consequentemente, beneficiando diretamente a população.

As melhorias, entretanto, não podem comprometer conquistas e avanços dessas duas décadas de operação, como a descentralização e a participação no processo de decisão, onde os Comitês desempenham um papel essencial. Buscar mais eficiência na aplicação dos recursos do FEHIDRO é fundamental para a gestão dos recursos hídricos do estado culminando, necessariamente, na melhoria da recuperação, do controle e da utilização de nossas águas.

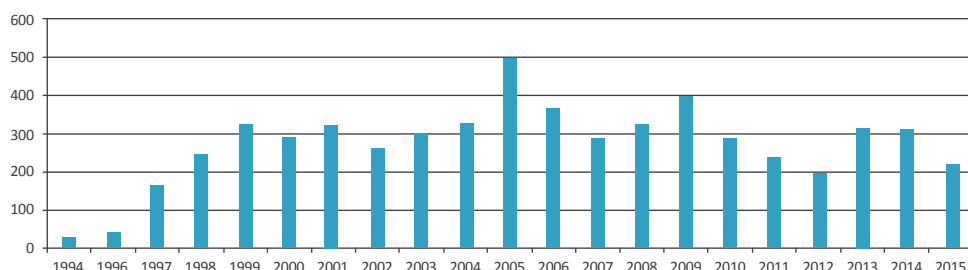
Sabemos que o Fundo se tornou uma ferramenta importante para a gestão de recursos hídricos do estado de São Paulo, um apoio para entidades da sociedade civil, para o próprio Estado e, principalmente, para pequenos e médios municípios. Temos a convicção de que o FEHIDRO, como financiador de empreendimentos para as bacias hidrográficas paulistas, continuará sendo instrumento de inovação e de modelo para a gestão de recursos hídricos no Brasil.

Benedito Braga
Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos

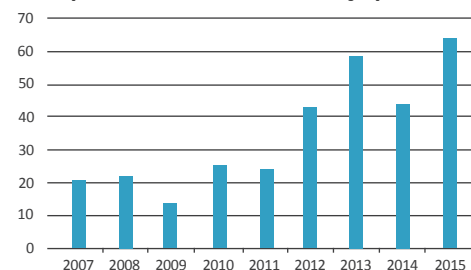
O FEHIDRO em números

Os gráficos a seguir demonstram a evolução dos empreendimentos contratados através do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), assim como a distribuição de recursos por segmento (Estado, Municípios e Sociedade Civil) e pelos Programas de Duração Continuada (PDCs).

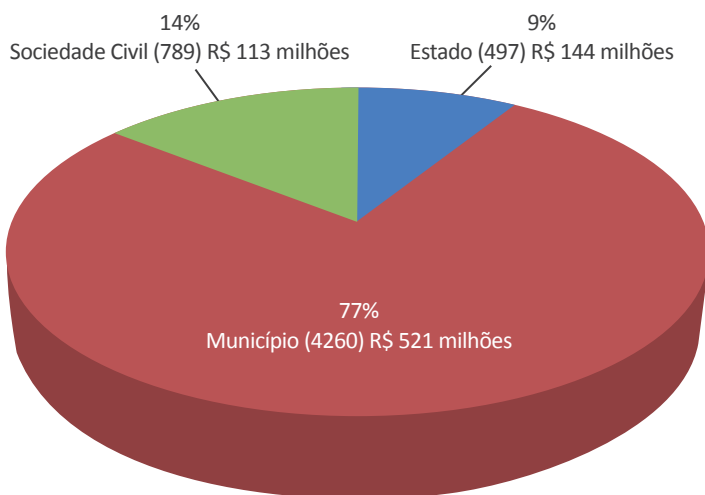
Empreendimentos da compensação por ano



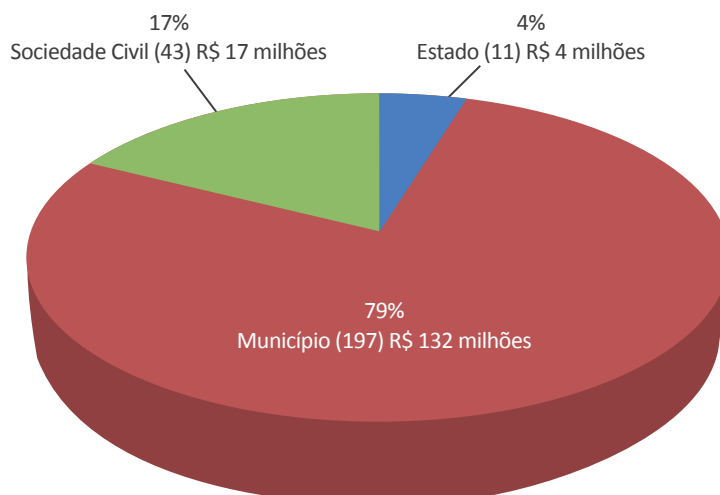
Empreendimentos da Cobrança por ano



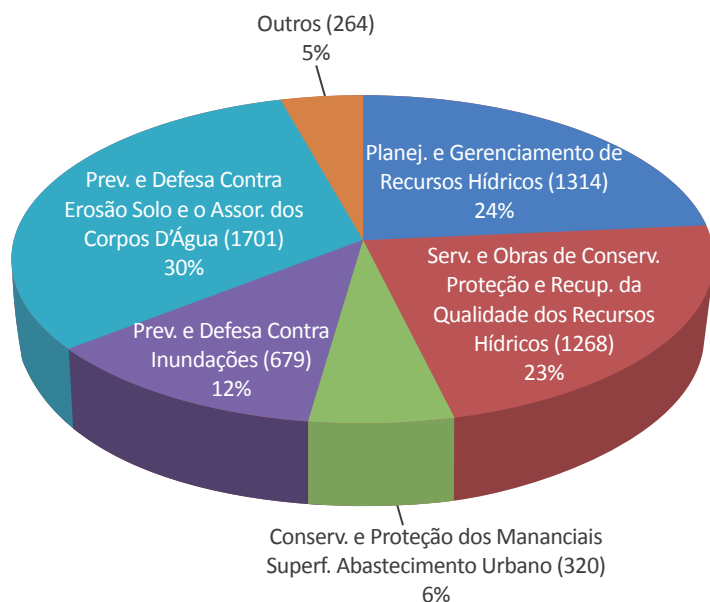
Empreendimentos da Compensação por segmento



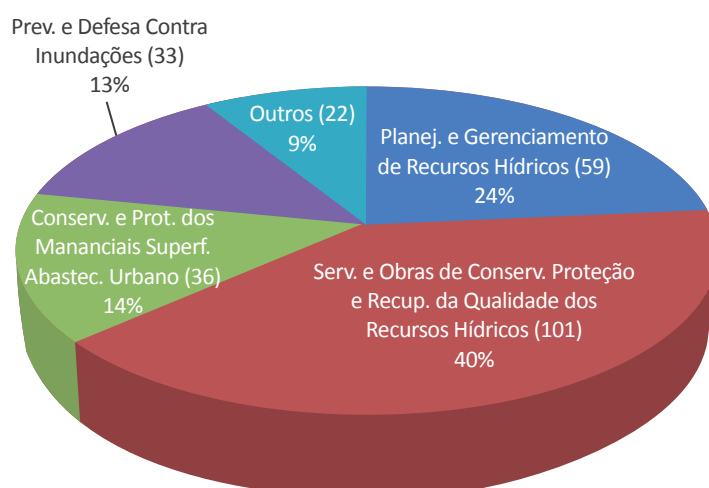
Empreendimentos da Cobrança por segmento



Empreendimentos da Compensação por PDCs



Empreendimentos da Cobrança por PDCs



Cada ator envolvido no processo de financiamento pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) tem função de grande valia para o êxito da contratação do empreendimento. Abaixo, alguns desses atores contam suas experiências e fazem uma breve avaliação do Fundo.



Tomador

“Um dos pontos fortes a destacar é o equilíbrio parcimonioso entre organizações privadas, municípios e estado. Outro aspecto é a democratização e transparência nas decisões. O aspecto a ser aprimorado é em relação às regras do MPO (Manual de Procedimentos Operacionais do FEHIDRO) não diferenciarem tipos de investimentos, muitas vezes a integração entre investimento e executor é mal interpretada. Destaca-se também, que em vários casos, o MPO é omissivo deixando o Analista Técnico sem o devido suporte para as decisões, o que causa constrangimento”.

Orivaldo Brunini, Diretor-presidente da Fundação de Apoio à Pesquisa Agrícola (Fundag)

“O FEHIDRO tem como ponto forte a destinação de recursos de forma descentralizada, participativa e integrada em relação às peculiaridades de cada bacia hidrográfica, conferindo aos agentes públicos e à sociedade civil o poder de decidir sobre a melhor forma de sua aplicação, fortalecendo assim o controle social sobre os gastos públicos. A maioria das queixas refere-se à lentidão quanto à tomada de decisão por parte dos órgãos que compõem o FEHIDRO, havendo desencontro de informações e excessiva burocracia, em prejuízo da plena execução dos projetos”.

Jairo Adilson de Oliveira, Diretor do Departamento de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Cajati



Comitês de Bacias Hidrográficas

“O CBH-PP teve a oportunidade de tomar as decisões de investimentos dos recursos do FEHIDRO, de acordo com as prioridades e característica da UGRHI-22 (Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do CBH-PP). Durante os 20 anos com a participação dos três segmentos (Sociedade Civil, Estados e Municípios), houve críticas e elogios. Há críticas no sentido da burocracia para fazer uso do referido recurso, elogios quanto aos critérios técnicos para os investimentos; críticas no que diz respeito à escassez dos recursos e elogios no sentido desses serem garantidos”.

Sandro Selmo, Secretário-executivo do CBH do Pontal do Paranapanema

“Destaca-se positivamente na amplitude de financiamento de empreendimentos estruturais e não estruturais voltados à conservação e recuperação de recursos hídricos dentro das bacias hidrográficas. Entre os pontos a serem melhorados, destaco a melhoria da comunicação dos agentes técnicos com os CBHs, uma vez que os empreendimentos são destinados a atender às necessidades das bacias; morosidade dos agentes técnicos dada à excessiva burocracia do Sistema, faço a sugestão da contratação de pareceristas; e concluo que o sistema precisa ser mais célere e eficiente para que os empreendimentos possam ser executados dentro do cronograma”.

Maria Wanda Iorio, Secretária-executiva do CBH Baixada Santista



SECOFEHIDRO

“O Fundo Estadual de Recursos Hídricos é o apoio financeiro do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, e durante seus 20 anos de contratos assinados, já distribuiu quase R\$ 1 bilhão, tendo desempenhado papel essencial para a recuperação e conservação de nossos recursos hídricos. Entretanto, os desafios atuais do fundo são aperfeiçoar e modernizar seus mecanismos e procedimentos, aumentando o alcance da aplicação de seus recursos financeiros, ampliando a possibilidade de repasses a novos tomadores e melhorando sua eficácia”.

André Dias - SECOFEHIDRO

“O bom relacionamento com as Executoras, treinamentos e atendimento constante via e-mail e telefone são alguns dos pontos fortes do nosso trabalho. O suporte é feito na orientação para elaboração de termos de referência, contratos, orçamento, na intermediação junto a fornecedores com relação à emissão de documentos fiscais, como na intermediação com o Agente Financeiro. Enquanto isso, o atraso nas entregas das prestações de contas das Executoras dificulta a conferência por parte da SECOFEHIDRO e o não conhecimento do servidor que executa a prestação de contas, tanto na área econômica como contábil, dificulta o acompanhamento das atualizações na área fiscal.”

Rosanis de Oliveira Santos - SECOFEHIDRO



Agente Técnico

“Nestes 20 anos, a CETESB já recebeu para análise quase 3 mil projetos. A qualidade da água tem sido o principal tema avaliado pela CETESB, principalmente no que se refere à sua recuperação através de medidas relacionadas ao saneamento ambiental e à produção de informações para diagnóstico da qualidade dos recursos hídricos no Estado. Dessa forma, o agente técnico contribuiu para possibilitar que os projetos tenham condições de serem aprovados tecnicamente e quando em implantação acompanha a sua execução de maneira criteriosa para que opere adequadamente”.

Lilian Barrella Peres, Interlocutora da Cesteb junto ao FEHIDRO

“Neste momento, vivencia-se uma crise hídrica que remete a reflexões sobre possíveis razões que a tornam mais aguda: o que poderia ter sido feito? O planejamento e gestão dos recursos hídricos foram implementados? Os planos de recursos hídricos nas UGRHIs e no Estado foram atendidos a contento? O FEHIDRO poderá ser potencializado no âmbito das suas competências e na direção de atender a essas questões, mas certamente, para tal, haverão de ser modificados fluxos, operações, procedimentos e proatividade de visão e revisão de travas existentes”.

José Luiz Albuquerque Filho, Interlocutor do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) junto ao FEHIDRO



Agente Financeiro

Ao Agente Financeiro (Banco do Brasil) compete efetuar as análises econômico-financeiras dos empreendimentos, aprovar a concessão de crédito, celebrar os contratos, realizar a liberação de parcelas e analisar a prestação final de contas, além de administrar os recursos financeiros do Fundo.

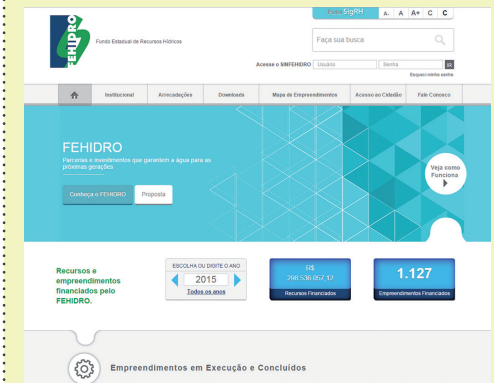
“O Banco do Brasil, por meio da parceria com o Governo do Estado de São Paulo e do contrato com a Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos (SSRH), atua como agente financeiro do Fundo Estadual dos Recursos Hídricos (FEHIDRO) na gestão dos empreendimentos apoiados com os recursos do Fundo.”

Ao longo desses 20 anos, o FEHIDRO vem investindo em obras de infraestrutura na área de recursos hídricos, que visam a manutenção de seus rios e a recuperação de mananciais, além de viabilizar projetos que melhoram a qualidade de vida da população.

Para o Banco, a parceria com a Secretaria e atuação nos projetos apoiados pelo Fundo está alinhada aos valores e compromissos da Empresa em promover a sustentabilidade e a inovação, proporcionando a oportunidade de contribuir para o desenvolvimento das regiões atendidas pelos Programas”.

João Batista Massaharu Shingu, Interlocutor do Banco do Brasil junto ao FEHIDRO

Novo SINFEHIDRO



Protótipo do Sistema

Uma das novidades do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH) para o próximo ano será a reestruturação do Sistema de Informação e Acompanhamento de Empreendimentos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (SINFEHIDRO). O novo site vai facilitar o processo para o financiamento de empreendimentos e contará com uma tecnologia compatível às necessidades dos usuários.

A reestruturação começou em 2014 pela empresa Inovare, sob a supervisão da Coordenadoria de Recursos Hídricos (CRHi).

“No design, o novo sistema terá site próprio contendo informações, formulário de contato, downloads, infográfico, pesquisas, entre outros elementos informativos. Ele terá ainda um design responsivo, tornando-o acessível a tablets e smartphones”, explicou a gestora do projeto na CRHi, Maria Cristina Martinez. “E quanto ao sistema, contará com formulário de proposta com preenchimento em tempo real, relatórios otimizados e novos módulos tais como o de Custeio e o de Comitê”, completou.

Uma outra novidade do SINFEHIDRO é a geolocalização (na internet) dos empreendimentos através do Google Maps. “Esta ferramenta concede visibilidade ao empreendimento. Os atores do sistema e o próprio cidadão vão acompanhar o andamento do empreendimento através de fotos”, concluiu Maria Cristina.

Cobrança pelo Uso da Água: importante instrumento da Política Estadual de Recursos Hídricos



Importante instrumento na gestão dos Recursos Hídricos, a Cobrança pelo Uso da Água tem sido uma grande aliada para preservar este recurso tão valioso e escasso, especialmente em épocas de eventos hidrológicos críticos, como maior período de escassez hídrica e chuvas torrenciais. Graças à Cobrança, já é possível investir mais na recuperação e preservação dos corpos d'água de seis Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHs) do estado de São Paulo. Ao todo, foram arrecadados R\$ 222,32 milhões através deste instrumento

e aplicados R\$ 153,36 milhões em empreendimentos.

Vale destacar que a Cobrança pelo Uso da Água não é um imposto ou tarifa cobrada, mas uma remuneração pelo uso da água cobrada de quem utiliza o recurso diretamente dos rios ou de outros corpos d'água (no estado de São Paulo, são cobrados dos usuários urbanos e industriais).

Este instrumento também estimula a racionalização da quantidade de água utilizada, promovendo seu uso consciente. Como há um

reconhecimento que a água é recurso escasso, passa a ter um valor econômico maior, assim como a terra, que adquire maior valor econômico à medida que se torna mais escassa.

O preço cobrado é proposto pelo Comitê de Bacia Hidrográfica, após amplo debate regional, enquanto quem efetua a Cobrança são as agências de bacias hidrográficas e, caso não haja agências instaladas, o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) - entidade responsável pela outorga de direito de uso. Também é no CBH, composto por representantes do Estado, Municípios e Sociedade Civil.

Os recursos são creditados em uma subconta do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) e destinados à bacia em que forem arrecadados, sendo aplicados em planos, projetos e obras que tenham por objetivo gerenciar, controlar, fiscalizar e recuperar os recursos hídricos.

Quem já implantou

Atualmente no estado de São Paulo, seis Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHs) implantaram a cobrança, enquanto outras sete devem começar a emitir os boletos em 2016.

- Paraíba do Sul – 2007
- Piracicaba, Capivari e Jundiaí – 2007
- Sorocaba e Médio Tietê – 2010
- Baixada Santista – 2012
- Baixo Tietê – 2013
- Alto Tietê – 2014
- Tietê Batalha, Tietê Jacaré, Ribeira do Iguape e Litoral Sul, Sapucaí/Grande, Baixo Pardo/Grande, Pardo e Mogi-Guaçu – programados para 2016

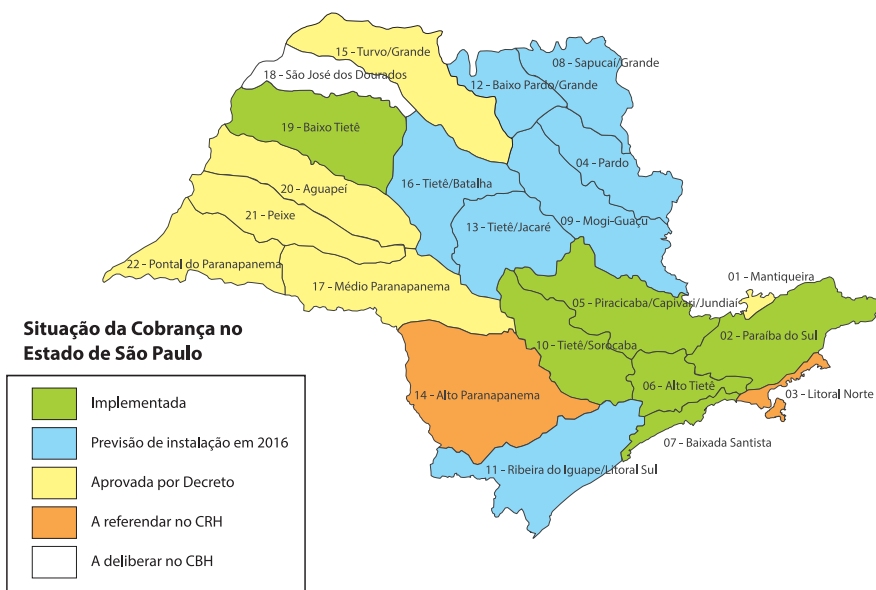


Figura 1 – Panorama da Cobrança pelo Uso da Água nas UGRHs do Estado de São Paulo.

Cobrança pelo Uso da Água: investimento

Dos R\$ 222,32 milhões arrecadados com a Cobrança, mais da metade foi arrecadada na UGRHI do PCJ - a primeira unidade de gerenciamento do estado (ao lado da do Paraíba do Sul) a ter implantado o instrumento. Veja a lista abaixo.

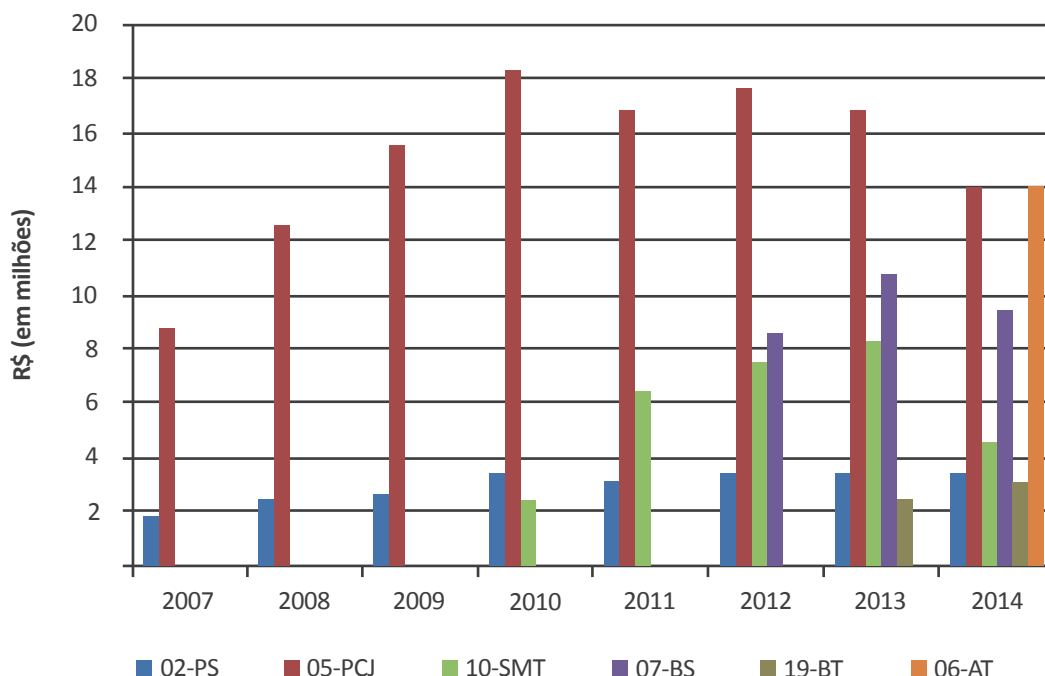
UGRHI	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL
Piracicaba, Capivari e Jundiá	8,76	12,59	15,58	18,33	16,83	17,67	16,83	14,04	120,63
Paraíba do Sul	1,85	2,49	2,62	3,44	3,06	3,45	3,46	3,47	23,84
Sorocaba e Médio Tietê	N/A	N/A	N/A	2,39	6,42	7,56	8,34	4,59	29,3
Baixada Santista	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	8,61	10,81	9,46	28,88
Baixo Tietê	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	2,52	3,09	5,61
Alto Tietê	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	14,06	14,06
TOTAL	10,61	15,08	18,2	24,16	26,31	37,29	41,96	48,71	222,32

Valores em milhões.

N/A = Não se aplica. A cobrança ainda não havia sido iniciada.

Quadro 1 – Arrecadação, em reais, da Cobrança pelo Uso da Água de usuários urbanos e industriais nas UGRHIs do Estado de São Paulo. Fonte: FEHIDRO.

Com os valores arrecadados já foi possível contratar 251 empreendimentos, totalizando aproximadamente R\$ 153,36 milhões.



Como é possível observar nos números acima, mais que apenas uma fonte de financiamento de projetos suportada pelo Estado, a Cobrança pelo Uso da Água é a possibilidade da aplicação da gestão descentralizada e participativa dos recursos, por quem conhece e vivencia os problemas da bacia hidrográfica, visto que a mesma é estabelecida com base em pacto estabelecido nos Comitês de Bacia, com participação dos usuários de água, da sociedade civil e do poder público.

Cobrança pelo Uso da Água: Entrevistas

O Correnteza conversou com representantes de duas Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHs), que se beneficiam com a Cobrança: o secretário-executivo do CBH dos Rios Piracicaba, Jundiá e Capivari, Léo Urbano, e o diretor presidente da Fundação da Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (FABHAT), Francisco José Toledo Piza.

CORRENTEZA: Qual a importância da 'cobrança pelo uso da água' na UGRHI do seu comitê?

Léo Urbano: A Cobrança é importante para todos os comitês, pois se trata de um dos instrumentos de gestão, preconizado na legislação. A cobrança, no caso do PCJ, contribui para a implantação das ações previstas no plano de bacia. É por meio do plano que são definidas as prioridades de investimentos de recursos financeiros de acordo com os problemas detectados na região de atuação deste CBH.

Francisco José Toledo Piza: Com a cobrança é possível financiar projetos estruturantes para tipologias que nem sempre contam com recursos disponíveis em outras fontes, tais como drenagem e resíduos sólidos. Também pode privilegiar projetos de base, como estudos e aperfeiçoamento de monitoramento hídrico e aplicações de cartografia georreferenciada, uso racional da água e outras ações de gestão de demanda. Por disposição legal, durante dez anos ao menos 50%

dos recursos deverão ser destinados à recuperação ou à preservação de mananciais da Bacia do Alto Tietê.

CORRENTEZA: O que funciona bem?

Urbano: O processo de arrecadação e investimento dos valores arrecadados.

Piza: Os principais usuários assimilaram a cobrança em seus respectivos planejamentos financeiros, resultando em pequena taxa de inadimplência. Na aplicação dos recursos o Comitê também soube administrar os critérios de escolha dos projetos.

CORRENTEZA: Quais são as dificuldades?

Urbano: Os investimentos dos valores arrecadados, pois os processos de início das liberações dos recursos (*após a indicação dos tomadores e consequentemente na contratação de obras ou serviços*). Isso ocorre por conta dos trâmites legais que são demorados, fazendo com que o processo seja lento no quesito desembolso.

Piza: A cobrança é realizada a partir do cadastro de outorga, não desenvolvido para a finalidade de cobrança. A elaboração e a gestão de um cadastro específico para a cobrança é um grande desafio, que envolve o DAEE (*Departamento de Águas e Energia Elétrica*), a CETESB (*Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental*) e a FABHAT. Por ser dinâmico e operacional, o cadastro exige permanente atualização, aspecto que exige significativas melhorias.

Também deverão ser aprimorados os critérios para a seleção e indicação pelo CBH-AT dos projetos que receberão recursos arrecadados com a cobrança.

CORRENTEZA: Como o PCJ foi o primeiro, poderia dar exemplos de dificuldades que foram superadas?

Urbano: A implantação foi difícil. Fomos um dos primeiros comitês a iniciar o processo de implantação de cobrança pelo uso dos recursos hídricos e as dúvidas eram muitas. A superação se deu com muito trabalho e incontáveis reuniões com todos os envolvidos, desde os usuários, que hoje são os pagadores, até com as demais instâncias dos Sistemas Estadual e de Gestão. Somente após o esclarecimento de todas as dúvidas e com todos estes entes cientes de como se daria o processo como um todo, é que os Comitês PCJ aprovaram a implantação da cobrança.

CORRENTEZA: Como último comitê - entre os seis CBHs paulistas que utilizam este instrumento -, quais os desafios percebidos neste ano?

Piza: Há falta de conhecimento dos usuários em geral quanto à Cobrança, gerando grandes desconfortos entre as partes. Outro ponto é a identificação da inexistência de rotinas de trabalho firmemente instituídas entre a FABHAT e o DAEE em relação à operacionalização da cobrança, principalmente quando os usuários não efetuam os pagamentos na data prevista.



www.sigrh.sp.gov.br



facebook.com/sigrhsp



twitter.com/sigrh



youtube.com/sigrhsp



Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos